

## «Memorial de Ministros»», um dicionário biográfico de magistrados (séc. XVIII)

Nuno Camarinhas  
CEDIS, Faculdade de Direito  
da Universidade Nova de Lisboa

### A obra e os seus autores

Até hoje pouco estudado, o *Memorial de Ministros*<sup>1</sup> reparte-se por nove grandes volumes de mais de 400 fólhos cada um, e o seu autor tem sido identificado como o Frei Luís de São Bento, um monge cisterciense do mosteiro de Alcobaça, de cuja atmosfera de intensa actividade cultural o *Memorial* é, sem dúvida tributário.<sup>2</sup> Conhecia-se o nome e pouco mais acerca do seu autor. As pesquisas na documentação produzida no mosteiro, conservada na Biblioteca Nacional, completaram o seu retrato.<sup>3</sup> Nasceu no final do século XVII e era natural do Porto, filho de Manuel Freitas Bonito<sup>4</sup> e de Maria Ribeiro de Aguiar e neto de Francisco Freitas Bonito<sup>5</sup>. Iniciou o noviciado no Mosteiro de São João de Tarouca em 1711, tendo transitado para o Mosteiro de Ceíça em 1714, onde foi discípulo de filosofia junto de Fr. Manuel Soares. Estudou teologia no Colégio de Coimbra. Em 1747 é referido como secretário do seu mestre quando ele foi Geral de Alcobaça. Teve, depois, a mesma ocupação junto do Geral Fr. Pedro de Mendonça, em

---

<sup>1</sup> Frei Luís de São Bento, *Ministros*, 4 vols., BNL, Cód. 1073, 1074, 1075 e 1076; *Idem, Cathalogo alfabetico dos ministros de letras que serviraõ nestes Reynos de Portugal e Algarve, seus dominios e conquistas ultramarinas, relações e tribunaes... desde o anno de 1723 athe o presente de 1763...*, BNL, cód. 1077; *Idem. Memorial de menistros: mapa generico em que se expoem os nomes dos que tem havido neste Reyno e suas conquistas...*, 2 vols., BNL, Cods. 1078 e 1079.

<sup>2</sup> Entre a produção cultural e científica do Mosteiro de Alcobaça, deve referir-se a *Biblioteca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado e a abundante produção de Frei Manuel de Figueiredo.

<sup>3</sup> Fr. Manoel de Figueiredo, *Collecção dos Authores Cistercienses omittidos nos 4. tomos da Bibliotheca Lusitana, e dos que escrevêrão depois de impressos os mesmos volumes; por Fr. Manoel de Figueiredo Chronista dos Cistercienses de Portugal 1787*. (BNL, cód. 1490, filme 1259, fól. 251).

<sup>4</sup> Na *Chancelaria de D. Afonso VI*: Alvará e verba de tabelião do lugar de Águeda, liv. 48, fól. 304. Na *Chancelaria de D. Pedro II*: Alvará de renúncia de ofício, liv. 43, fól. 355v; Carta de escrivão das Cizas de Ílhavo, Eixo etc, liv. 42, fól. 75v; Carta de Tabelião de Segadães, liv. 32, fól. 228v. Na *Chancelaria de D. João V* existe uma Provisão de serventia do ofício de Escrivão das Comissões Crimes e Cíveis, Remissões, e Privilegiados da Relação da Cidade do Porto – 12 de Agosto de 1715, liv. 43, fól. 265v.

<sup>5</sup> ANTT, *Chanc. D. João V*, liv. 43, fól. 265v

1750<sup>6</sup>. Três anos mais tarde torna-se Abade do Colégio de Alcobaça<sup>7</sup> e em 1756 passa a Confessor das religiosas cistercienses de Almoester<sup>8</sup>, função em que foi reconduzido no triénio seguinte. Em 1762 foi porteiro-mor de Alcobaça<sup>9</sup>. Finalmente foi padre na freguesia da Gesteira, vindo a falecer a 11 de Janeiro de 1767. São Bento trabalhou no *Memorial* grande parte da sua vida, mas teve tempo para produzir também uma compilação de natureza bibliográfica<sup>10</sup> e uma relação dos estragos causados pelo terramoto de 1755 na região de Alcobaça.<sup>11</sup>

Título	Cota	Autor	Conteúdo
<i>Colecção curioza pertencente aos ministros deste Reyno...</i>	Cód. 1446	LSB	Listas de ofícios e de magistrados, folhetos de nomeações, reunidos entre 1723 e 1748
<i>Catálogos de ministros</i>	Cód. 1457	LSB	Listas de ofícios e de magistrados, folhetos de nomeações, reunidos entre 1747 e 1750
<i>Cathalogo alfabetico dos Ministros de Letras que servirão nestes Reynos de Portugal e Algarves...</i>	Cód. 1077	LSB	<i>Memorial de Ministros (A-J) (1764)</i>
	Cód. 1078	LSB	<i>Mappa Generico... (1756)</i>
	Cód. 1079	LSB	<i>Mappa Generico... (1760)</i>
<i>Apontamentos diversos de Fr. Luís de São Bento, com vista à organização e preparação de um catálogo de todos os ministros do Reino.</i>	Cód. 1073	AS	Adenda (A-F)
	Cód. 1074	AS	Adenda (G-L)
	Cód. 1075	AS	Adenda (M-Z)
	Cód. 1076	Diversos	Miscelânea documental

**Tabela 1 – Organização dos volumes que compõem o manuscrito do Memorial de Ministros, ordenados cronologicamente (AS – Fr. António Soares; LSB – Fr. Luís de São Bento).**

O *Memorial de Ministros* foi escrito durante mais de quarenta anos, entre 1723 e 1767. Uma leitura mais atenta dos livros identificados na Biblioteca Nacional como sendo apontamentos revela a existência de duas grafias diferentes. O *Memorial* terá

<sup>6</sup> BNL cód. 1487, fól. 100.

<sup>7</sup> BNL cód. 1487, fól. 44v.

<sup>8</sup> BNL cód. 1487, fól. 61.

<sup>9</sup> BNL cód. 1479, fól. 423.

<sup>10</sup> *Index de todos os livros que se imprimiram entre 1724 e 1743 conforme as Gazetas de Lisboa, conservada na BN (reservados).*

<sup>11</sup> *Relação dos efeitos que produziu o Terremoto do 1.º de Novembro de 1755 no Mosteiro, e Villa de Alcobaça: preces, que fizeram a Deos os Monges, e povos para fazer cessar os abalos da terra, e para fluirem as nascentes de agoa do Rio Alcoa vulgarmente chamado de Chiqueda, dos quaes o terremoto havia feito suspender as correntes, mencionado em BN, cód. 1479, fól. 423 e BN cód. 1490, fól. 87v.*

sido, então, uma obra a duas mãos.<sup>12</sup> Estes apontamentos de grafia diferente fazem referência a magistrados que serviram depois do falecimento de São Bento, e as informações cobrem um período que vai até aos primeiros anos do século XIX. Pela correspondência incluída nos volumes de apontamentos facilmente se conclui que o outro autor foi Fr. António Soares, monge no mesmo mosteiro. A pista é dada por Fr. Manuel de Figueiredo que assinala o acto de a obra de Fr. Luís de São Bento estar nas mãos de um Fr. António Soares, depois da sua morte.<sup>13</sup> Este último era originário de Guimarães, umas dezenas de anos mais novo que São Bento, mas com um percurso idêntico. Nasceu em Cepões, e os seus pais foram Manuel Soares da Maia Coelho e Vicência Felícia Machado de Barros Castelo Branco. Ingressou no mosteiro do Bouro em 1744. Depois da entrada na vida religiosa, estudou teologia. Como membro da ordem de Cister, foi confessor de conventos em Lisboa (1765) e Tavira (1768). Em 1777 foi eleito procurador-geral da ordem de Cister junto da Relação do Porto onde estabeleceu diversos laços com desembargadores. Tornou-se Abade de Odivelas e, por fim, secretário do Abade Geral.<sup>14</sup> Continuou o trabalho de compilação de São Bento por mais cerca de quarenta anos.

O mesmo método foi seguido por ambos os autores na elaboração do *Memorial*: reunião do máximo possível de dados sobre todos os juízes que tivessem servido a coroa portuguesa, através da consulta pessoal de arquivos municipais mas, sobretudo, da criação de uma enorme rede de correspondentes originários das diferentes regiões do reino. Entre estes colaboradores, encontramos sobretudo magistrados, mas também militares, escrivães, e homens notáveis de diversas vilas.<sup>15</sup> Eles enviam a São Bento, e depois a Soares, listas de oficiais, notícias sobre nomeações e «informações curiosas»

---

<sup>12</sup> A catalogação da obra na BN está incorrecta: as notas preparatórias para a redacção do *Memorial* que Fr. Luís de São Bento não lhe estão creditadas (cód. 1446 e 1457); as anotações de Fr. António Soares (cód. 1073-76) estão erradamente atribuídas a São Bento.

<sup>13</sup> BNL, cód. 1490, fól. 251.

<sup>14</sup> BNL, cód. 1478, fól. 14.

<sup>15</sup> São Bento, na introdução do seu *Mappa Generico...* de 1760, dá-nos bastantes detalhes sobre estas personagens que o ajudaram a constituir o seu *corpus*. São magistrados ao nível local, os que estariam mais próximos das informações sobre judicaturas concelhias, mas também homens do governo municipal de pequenas vilas ou mesmo funcionários de registos. A rede mostra também a utilização de intermediários que punham os compiladores em contacto com outros informadores. Um dos correspondentes de São Bento era o célebre Rodrigo Xavier Pereira de Faria, tabelião da Misericórdia de Santarém e correspondente de Monterroyo Mascarenhas e da sua *Gazeta de Lisboa*. Sobre este assunto, veja-se André Belo, *As gazetas e os livros. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001.

sobre os magistrados portugueses. Os autores organizam os dados por ordem cronológica sob a forma de notícias biográficas sobre cada pessoa. Estas notícias vão sendo corrigidas e aumentadas à medida que os novos dados vão chegando. Em 1763, São Bento decide fazer uma versão final do dicionário mas apenas os nomes próprios entre as letras A e J serão terminados, em 1764.<sup>16</sup> A outra parte da obra de que temos uma versão quase concluída pelo seu primeiro autor é um atlas geográfico de ofícios, que São Bento redigiu em duas ocasiões (uma primeira versão em 1756 que seria reescrita em 1760). Para completar o dicionário é necessário organizar os apontamentos que os autores nos deixaram. Como estes apontamentos também estavam feitos sob a forma de notícias biográficas alfabeticamente ordenadas, o trabalho de reconstituição estava grandemente facilitado.

A estrutura das notícias é bastante simples: temos o nome, o local de nascimento, a identificação dos pais ou de outros membros da família, nomeadamente aqueles que tenham sido igualmente magistrados; estes dados são seguidos por uma narrativa mais ou menos detalhada sobre a vida do indivíduo. Nas notícias mais completas, o autor menciona a formação escolar e universitária, a data do exame da leitura de bacharéis e dados sobre a progressão na carreira, cronologicamente ordenados, com possíveis referências a episódios curiosos ocorridos no seu decurso. Os textos terminam com informação sobre os casamentos e a descendência do indivíduos bem como a data de falecimento do indivíduo, quando conhecida (ou ocorrida). As últimas palavras fazem, muitas vezes, o elogio do carácter e das virtudes profissionais do magistrado. As notícias têm dimensões muito diversas. Os magistrados mais famosos têm direito a textos longos, mas na maioria dos casos o leitor apenas encontra algumas indicações biográficas, muitas vezes apenas um cargo servido. Para a parte reconstituída a partir dos apontamentos, perdemos a dimensão literária das notícias da versão concluída, muitas característica pelo profusão de adjectivos, mas conseguimos, mesmo assim, obter informações muito importantes sobre a vida da grande maioria dos indivíduos. Os apontamentos que estão na base do *Memorial*, sendo extremamente esquemáticos, não deixam de veicular datas, sucessões de cargos e relações de parentesco regra geral rigorosos.

---

<sup>16</sup> Trata-se do volume intitulado *Cathalogo alfabetico dos Ministros de Letras*, BN, cód. 1077.

Para além da diferença de estilo óbvia entre o texto “final” de São Bento e os seus apontamentos, há igualmente uma clara diferença de abordagem entre São Bento e Soares. Enquanto São Bento se ocupa sobretudo dos percursos pessoais de cada magistrado, com referências à formação escolar e universitária, ao exame de acesso à carreira e à sucessão de cargos ocupados, Soares contribui sobretudo com informação de carácter genealógico que vem enriquecer as notícias biográficas deixadas por São Bento. Enquanto São Bento avança com um original, Soares assume a responsabilidade de pegar numa obra que não é sua. São constantes as referências, nos seus apontamentos, ao texto de São Bento,<sup>17</sup> confirmando dados, corrigindo outros, levantando questões. Apenas no que toca a magistrados entrados ao serviço depois do falecimento de São Bento, Soares produz notícias biográficas semelhantes às dos apontamentos do primeiro autor.

O dicionário biográfico é completado, como dissemos, pelo dicionário geográfico das diferentes terras do reino, com a enumeração dos lugares de letras de cada uma delas e as listas, mais ou menos completas, dos indivíduos que ali serviram. Tem algumas lacunas, sobretudo ao nível das listas de magistrados. O que este volume tem particular relevância é a sistematização dos diferentes donatários das terras e a identificação da categoria de cada lugar no conjunto dos ofícios de justiça da época. São Bento procura oferecer ao seu leitor uma outra chave de entrada no universo dos ministros letrados da coroa. Para além das notícias biográficas dos magistrados, São Bento elabora uma lista dos locais onde se exerciam jurisdições letradas, organizando-os por província e por comarca, descrevendo os cargos sucintamente, dando, muitas vezes, informações sobre a data de criação do cargo e até algumas achegas sobre peculiaridades de certos ofícios. A partir das informações recolhidas nos arquivos municipais ou remetidas pelos correspondentes, o autor avança listas cronológicas dos magistrados que ocuparam cada ofício. Aqui a informação é bastante lacunar, mas tudo leva a crer que o autor tivesse a intenção de completar os dados logo que os obtivesse, deixando, para isso, folhas em branco reservadas.

Para além do dicionário biográfico e institucional, o autor faz a compilação de informações curiosas que hoje caracterizaríamos como *fait-divers*: listas de ministros

---

<sup>17</sup> Soares refere-se-lhe pelo seu nome secular: «como diz Bonito», «como traz Bonito».

que ocuparam determinado lugar; listas de ministros que faleceram numa dada localidade; listas de ministros aparentados com outros; «memórias atendíveis» sobre magistrados justicados pelo Santo Ofício; lista de ministros que assistiram à execução dos envolvidos no atentado a D. José; e outras «memórias particulares» e «advertências curiosas».

## Condições de produção

O que terá motivado Fr. Luís de São Bento a abraçar tamanho empreendimento, longo de mais de quarenta anos?<sup>18</sup> Nas «Advertencias» que escreveu para ambas as versões do *Mappa Generico*, diz-nos que «não foi isto mais que huma mera curiosidade, e huma deligencia curioza, a que me excitou o gosto, e inclinação da materia, e ver, que em semelhante couza, não houve athe agora sogeito algum, que escrevesse sobre este assumpto».<sup>19</sup> Sabemos que o pai de São Bento exercera officios próximos da magistratura em diversos locais (escrivão e tabelião), tendo mesmo, para o efeito, sido examinado no Desembargo do Paço para se poder encartar. Mas não conhecemos outras ligações familiares ao universo letrado. Já quanto a Fr. António Soares, sabemos que o lugar que desempenhou como procurador-geral da ordem de Cister junto da Relação do Porto ajudar a estabelecer ligações com diversos magistrados.

A tarefa afigurava-se de monta, tanto mais que os meios ao alcance de Fr. Luís de São Bento eram escassos. Curiosamente, em Alcobaça, São Bento manteve o seu projecto secreto, não o revelando, por exemplo a Barbosa Machado, que não o cita na sua *Bibliotheca Lusitana*.<sup>20</sup> O autor defende-se mesmo de críticas à sua entrega: «Poderá haver quem me critique por ocupar o tempo no assumpto. Como não he pecaminoso, não merece ser criticado».<sup>21</sup> A ajuda de «sogeitos curiozos», como refere,

---

<sup>18</sup> «Faço memoria de quantos alcançar pude [...] desde aquele que comecei ponderar nesta curiosidade desde o anno de 1723 athe o presente de 1763 que não menos que quarenta principiei a indagar noticias concernentes d'esta materia». BNL, cód. 1077, fól. 1.

<sup>19</sup> BNL, cód. 1078, fól. 1.

<sup>20</sup> «[obra que] o seu author occultou por todos os meios chegar á noticia do Abbade Diogo Barboza Machado». *Collecção dos Authores Cistercienses omittidos nos 4. tomos da Bibliotheca Luzitana, e dos que escrevêrão depois de impressos os mesmos volumes*, por Fr. Manoel de Figueiredo Chronista dos Cistercienses de Portugal, 1787 (BNL, cód. 1490, fól. 251).

<sup>21</sup> BNL, cód. 1078, fól. 1.

permitiu-lhe alargar o número de indivíduos retratados, embora São Bento tenha bastante clara a noção de que muitos ficaram de fora. Arquivos importantes como o da Torre do Tombo, por exemplo, são expressamente referidos pelo autor como inacessíveis. Para além da rede de correspondentes, São Bento (e depois Soares), recorre também a uma considerável bibliografia de onde retira dados complementares sobre os seus magistrados.

Toda esta obra deve ser encarada como um longo trabalho em curso, nunca terminado. Mesmo no texto a que São Bento tentou dar uma forma final (o *Memorial* de A a J), há lugar a constantes acrescentos durante o processo de escrita.<sup>22</sup> Ao longo desse texto, em particular, as vicissitudes quotidianas ficam registadas de uma forma que nos deixa adivinhar o trabalho paciente e moroso de São Bento.<sup>23</sup>

O método de trabalho parecia seguir os seguintes passos:

- Levantamento de dados por uma das seguintes formas: consulta de arquivos e cartórios; consulta de bibliografia de carácter corográfico, histórico, biográfico ou genealógico; recepção de informação remetida pelos correspondentes.

- Sistematização, em pequenas fichas grosseiramente ordenadas alfabeticamente pelo nome próprio do magistrado.

- Escrita de versões «quase-finais» a partir das fichas.

Do primeiro passo ficaram, encadernados, inúmeros papéis manuscritos com listas, memórias ou notícias, muitas vezes acrescentados das cartas que os acompanhavam, dirigidas quer a São Bento, quer, posteriormente, a Fr. António Soares. Além desses manuscritos da autoria dos diferentes correspondentes e seus conhecidos, os autores

---

<sup>22</sup> No final de cada letra, o autor reserva um espaço, antecedido sempre da mesma fórmula, para notícias biográficas de indivíduos recebidas entretanto ou para acrescentos ou correcções a informações já escritas: «Como em todo o tempo occorrem despachos de novos Ministros do Reyno, e suas Conquistas, e os adiantamentos dos que servem huns lugares para outros de novo; e tambem se sabem de outros que athe agora se não sabia, com circunstancias mais individuaes dos que ficão exarados: continua este additamento na mesma Letra [...] mas sem forma alfabetica, como se tem seguido». BNL, cód. 1077, *passim*.

<sup>23</sup> A título de exemplo: «Conclui esta letra – J – em 13 de Outubro de 1764 e a principiei em 22 de Março antecedente menos 40 dias de enfermo, e convalescente por duas vezes». BNL, cód. 1077, fól. 344.

compilavam diversa informação imprensa, essencialmente os folhetos que corriam com os despachos de magistrados para novos triénios.

De todo esse amontoado de informação, os autores extraíam os dados relevantes para grossos volumes onde iam organizando, por nome próprio, as biografias de cada magistrado. Aqui a ordem alfabética, se alguma vez existiu, está grandemente comprometida pelos acrescentos que foram sendo feitos à medida da descoberta de novos indivíduos. Cada entrada, no entanto, tem já um pouco da estrutura que se pretendia para uma eventual versão final: identificação do magistrado, com o seu nome (ou variantes do nome), naturalidade, filiação, percurso académico (se conhecido), percurso burocrático, descendência e pertença a determinados corpos honoríficos da sociedade do Portugal moderno. Muitas vezes encontramos acrescentos em grafia mais apressada, entrelinhados ou à margem. Quando já não existia mais espaço, abria-se uma nova entrada, mais à frente, se possível ainda na área reservada àquele nome próprio. Se não fosse possível, na secção seguinte. Ao fim de uns anos de trabalho, aqueles instrumentos de trabalho estão bastante confusos.

A primeira tentativa de começar a fixar um texto segundo as normas de um impresso data de 1756, quando São Bento produz a primeira versão do *Mappa Generico*. Aqui a abordagem do objecto é diferente da que se preparava nos apontamentos: é a variável *ofício* (e não *ministro*) que orienta a organização dos dados. Mas é um verdadeiro livro que é proposto, se bem que com muitos espaços deixados em branco à espera de dados. Temos uma «Advertencia», que introduz o texto, índice toponímico, um capítulo de enquadramento sobre a estrutura do aparelho de administração da justiça na metrópole e nas colónias e um conspecto de todos os lugares existentes, antes de abraçar a descrição dos vários ofícios que compunham o aparelho judicial português, por província, comarca e localidade. Quando se analisa cada localidade, faz-se uma breve descrição das instituições ali presentes, e procura-se incluir listagens de magistrados que ali serviram, por ordem cronológica, muitas vezes com referência ao lugar que o indivíduo ocupara anteriormente.

Este texto será refeito, de forma semelhante, mas mais completo em termos de dados e com uma «Advertencia» mais desenvolvida, em 1760, embora ainda com muitas folhas em branco para posterior conclusão. No final do códice, eram incluídas brevíssimas biografias de todos os magistrados, de apenas algumas linhas.

Não sabemos se esta era a forma inicial que São Bento idealizara para a sua obra, tendo depois decidido alterá-la, mas três anos mais tarde inicia a produção do *Cathalogo Alfabetico de todos os Ministros...* Trata-se do dicionário biográfico com o texto mais trabalhado e com mais pretensões em termos de estilo, embora desprovido dos para-textos que acompanhavam o *Mappa Generico*. Aqui o autor reforma as fichas biográficas dos seus apontamentos, dando-lhes um maior cuidado em termos literários e incluindo, sempre que possível, pequenos episódios curiosos. As notícias biográficas deixam de ser esquemáticas e passam a ter uma dimensão narrativa, acompanhando, sempre que conhecido, o percurso dos magistrados desde a sua formação até ao derradeiro lugar obtido. Há alguma preocupação, por parte de São Bento, em incluir informação sobre as famílias dos magistrados, mas sobretudo quando se trata de famílias com alguma relação com as letras ou socialmente distintas. Não sabemos se o segundo volume, com as letras L a Z chegou a ser feito, uma vez que não está incluído no conjunto dos códices conservados na Biblioteca Nacional. Fr. António Soares não produziu uma versão final do dicionário, mas elaborou sobre o material que lhe foi confiado por São Bento. Raramente repete informações avançadas pelo primeiro autor, salvo nos casos de divergência de opinião ou de correcção de erros. Para além dos dados respeitantes a magistrados entrados ao serviço depois do abandono dos trabalhos por São Bento, Soares, possivelmente em virtude dos contactos que estabeleceu por sua iniciativa, contribui com dados de teor diverso, muito assentes em informação de carácter genealógico.

### **Juízes perfeitos**

Para além da informação que veicula sobre os percursos individuais dos magistrados que serviram a justiça letrada em Portugal e nos seus domínios ultramarinos, o *Memorial de Ministros*, pode ser lido sob um outro prisma. O que proponho aqui, mais do que uma análise acabada do discurso do(s) seu(s) autor(es), é uma primeira abordagem da questão da imagem dos magistrados veiculado pelo *Memorial*.

Já vimos que os autores da obra não tinham ligações directas ao mundo da justiça, sendo ambos religiosos, sem magistrados na família mais próxima, nem sequer tendo cursado nenhuma das faculdades de Direito de Coimbra. O que os moveu, sobretudo ao iniciador do projecto, foi a curiosidade e a noção da inexistência de um

trabalho de fôlego sobre o assunto. Acresce, ao seu ensejo, o ambiente cultural vivido em Alcobaça durante todo o século XVIII, patrocinando a edição de obras monumentais como a *Monarquia Lusitana* ou a *Crónica de Cister*, mas também a produção de inúmeros manuscritos, por vezes com abordagens e ambições semelhantes à do Memorial.

São Bento, na «Noticia previa e necessaria» que antecede o *Mappa Generico*, lança logo a imagem do magistrado que vai estar, como veremos, omnipresente em toda a obra: «Menistros, que governavaõ as terraas para o bem comum das gentes e para resplandecer a justiça». Esta noção, muito característica do Antigo Regime, de que os magistrados, pela prática do Direito, participavam da governação do reino, revela a importância que São Bento confere ao seu objecto de estudo enquanto corpo inserido na sociedade portuguesa.

O esforço de São Bento, torna-se claro ao longo do texto, vai no sentido de produzir um monumento aos magistrados portugueses, com esse interesse peculiar em não esquecer a dimensão individual na constituição do grupo. E o teor panegírico vai sobressair mesmo em bastantes das biografias mais curtas. Nas notícias biográficas, depois de descrever o percurso burocrático do ministro, tanto no caso dos magistrados já falecidos ou aposentados, como no dos magistrados ainda em actividade, o autor costuma dedicar algumas frases ao elogio do jurista. Muitas das vezes, essas frases podem vir mesmo na parte final da notícia, depois de se ter referido a sua família. Da leitura desses textos, ressalta o permanente elogio do magistrado. Nunca existe uma apreciação verdadeiramente negativa de um juiz, mesmo em casos de conhecidas más práticas. Se os magistrados que mais se destacaram no serviço da justiça são incensados com os elogios mais encomiásticos, os que, por um qualquer motivo, acabaram caídos em desgraça, não são alvo de especial descrédito. Vejamos alguns exemplos: Francisco Velasco de Gouveia, que quando era lente da Universidade de Coimbra fora julgado e condenado pela Inquisição, acusado de judaizar, ao ser nomeado, anos mais tarde, para desembargador da Casa da Suplicação por D. João IV, causou uma enorme celeuma entre os restantes desembargadores. Estes alegavam que o seu passado judaizante era incompatível com o serviço de desembargador. O rei acaba por decidir a favor de Velasco de Gouveia, confirmando-o no lugar de desembargador. Frei Luís de São Bento, apesar de o referir como «sogeito maculado com a deformidade e infamia de Judaismo», não deixa de lhe reservar palavras particularmente elogiosas quer quanto às

suas qualidades académicas («exímio professor da faculdade Canonica imitando pelo grande e penetrante talento a seu pai nas especulações da jurisprudencia»), quer quanto às de magistrado («sogeito tao literado e de todas as Luzes tao benemérito », «Exercitou o seu ministério Egregiamente tanto na administraçam da justiça, como na profundidade da jurisprudencia»).<sup>24</sup> Antonio da Costa Freire, caído em desgraça junto de Sebastião José de Carvalho e Melo, «foi Ministro de sciencia, equidade, e justiça, porem como os segredos dos Principes são occultos ao conhecimento dos homens; he sem duvida que teve demeritos grandes, e que obrou delictos enormes, pois o castigo foi tão publico, como tem sido occulto o seu fim ultimado». <sup>25</sup> João Pereira Fidalgo da Silveira, filho de Gregório Pereira, destacado desembargador, foi riscado do serviço régio e exilado, na sequência de um episódio de desrespeito de ordens.<sup>26</sup> São Bento refere-lhe apenas o «altivo génio» e a «tanta ellevação do seu presumido espírito». <sup>27</sup> José Mendes da Fonseca, um magistrado de menor destaque que serviu apenas como juiz de fora de Trancoso em 1733, foi preso sob a acusação de ser freirático. Abandonou a carreira e abraçou a advocacia. A única apreciação que São Bento faz diz respeito a esta última função, em que Mendes da Fonseca serviria «com grande utilidade e credito da sua jurisprudencia». <sup>28</sup>

Outro tipo de eventos, não relacionados com os magistrados que retrata, merece, em contrapartida, comentários bastante mais expressivos: o atentado contra D. José é sempre descrito com frases que andam em torno da fórmula «alto crime, e traição infame contra nosso Fidelissimo Monarcha Senhor Dom Joze de que Deos Livrou da morte que lhe maquirarão»;<sup>29</sup> os tumultos ocorridos na sequência da tributação dos vinhos do Alto Douro são descritos como injustos e a intervenção dos magistrados como judiciosa;<sup>30</sup> o denominado Rancho da Carqueja, «levantado por certos estudantes,

---

<sup>24</sup> Por todas as citações: BNL, cód. 1077, fól. 204v.

<sup>25</sup> BNL, cód. 1077, fól. 33v.

<sup>26</sup> Recusou-se a acompanhar um condenado ao patíbulo, resistindo, depois à prisão por um juiz de fora, com troca de tiros (BNL, cód. 1077, fól. 292).

<sup>27</sup> *Ibidem*.

<sup>28</sup> BNL, cód. 1077, fól. 332v.

<sup>29</sup> BNL, cód. 1077, fól. 172.

<sup>30</sup> «... povo daquela Cidade [Porto] injustamente tumultuado sobre os tributos conferidos aos vinhos do Alto Douro», «prezos os culpados foram punidos todos á proporção dos seus delictos mais e menos graves



destacadas com mais frequência. A Figura 1 resume as palavras, destacando as mais recorrentes. A «justiça» e a «sciencia» são as características mais vezes citadas para descrever os bons magistrados: o saber jurídico adquirido na Universidade e a capacidade de o aplicar na prática. O domínio do Direito é, aliás, aludido noutros conceitos bastante recorrentes: «literatura», «letras» ou mesmo «sabio». Já no que toca à prática do direito, várias qualidades concorrem para a realização da justiça: «rectidão», «equidade», «inteireza», «prudência», «circunspecção», «ponderação», «dezinteresse». Outras características pessoais podiam favorecer as suas qualidades pessoais: o «talento» ou o «engenho», normalmente demonstrados nos bancos da faculdades de Direito. A conjugação destes méritos e destas qualidades faziam com que o magistrado pudesse ser «reconhecido», tivesse «crédito», fosse «reputado», «reluzisse» ou fosse «admirável».

Projecto de uma vida, o *Memorial de Ministros*, apesar de inacabado, constitui um manancial de informação para melhor compreendermos a magistratura portuguesa, desde os primórdios da implementação do direito comum no reino. Por ter permanecido inédito e escondido dos seus contemporâneos, chegou até aos nossos dias ainda pouco explorado. A qualidade dos dados que reúne, em virtude das fontes consultadas, da contribuição de contemporâneos bem informados, ou mesmo actuando no interior do corpo judicial, pode ser atestada pela sua confrontação com documentação que não estava ao alcance do seu autor. Para além de um retrato colectivo de enorme fôlego, quer do ponto de vista dos indivíduos descritos, quer dos pontos de vista cronológico, geográfico e institucional, o *Memorial de Ministros* pode também ser visto como um discurso apologético da figura dos julgadores, pessoal, é certo, mas sem dúvida vinculado a ideias coevas dispersas por diferentes estratos da sociedade. Tentámos apresentar aqui apenas uma primeira exploração.